

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
HOSPITAL REGIONAL DO MARAJÓ**

(CNPJ 23.453.830/0004-12)

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Em Reais (R\$)				Demonstração dos Déficit's dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Em Reais (R\$)			
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Receitas Operacionais		41.445.892	40.584.960
Circulante		5.132.073	7.476.830	Serviços prestados pacientes SUS		41.445.892	40.584.960
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.991.365	4.197.720	Custos		(33.780.479)	(32.894.762)
Contas a receber	5	-	2.494.490	Serviços de terceiros		(15.818.253)	(16.066.760)
Estoques		932.049	544.839	Pessoal e encargos		(12.242.709)	(11.750.676)
Adiantamento a funcionário		73.760	76.777	Materiais e medicamentos		(5.719.517)	(5.077.326)
Adiantamento a fornecedores		114.409	141.212	Despesas		(8.152.592)	(7.732.960)
Outros créditos		14.592	14.592	Pessoal e encargos		(3.060.677)	(2.937.669)
Despesas antecipadas		5.898	7.200	Despesas gerais e administrativas	15	(5.026.784)	(4.752.128)
Não Circulante		8.883.727	8.606.292	Impostos, taxas e contribuições		(9.536)	(13.418)
Contas a receber	5	6.694.453	6.694.453	Depreciação amortização		(425.698)	(348.052)
Partes relacionadas	8	156.746	156.746	Outras receitas e despesas operacionais		370.103	318.307
Depósitos judiciais		316.505	169.733	Financeiras, Líquidas		(51.448)	(15.335)
Imobilizado líquido	6	90.726	86.158	Despesas financeiras		(103.758)	(125.742)
Intangível líquido	7	11.817	36.296	Receitas financeiras		52.310	110.407
Imobilizado-contrato de gestão líquido	6	1.613.480	1.462.906	Déficit do Exercício		(538.627)	(58.097)
Total do Ativo		14.015.800	16.083.122	Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Em Reais (R\$)			
Passivo						2020	2019
Circulante		6.537.023	7.463.072	Fluxos das atividades operacionais			
Fornecedores	9	2.158.627	3.378.856	Déficit do exercício		(538.627)	(58.097)
Obrigações trabalhistas	10	2.296.494	2.306.339	Ajustes para reconciliar o resultado			
Obrigações sociais	11	348.470	306.618	Depreciação/amortizações		425.698	348.052
Obrigações fiscais		185.250	194.131	Déficit/Superávit ajustado		(112.929)	289.955
Outras contas a pagar		171.824	1.209	Variações no circulante das contas de ativo e passivo		574.670	1.217.972
Partes relacionadas	8	1.376.358	1.275.919	Aumento de outros créditos		2.524.311	1.447.209
Não Circulante		1.677.387	2.275.229	Aumento de estoques		(387.210)	(192.254)
Receitas diferidas	12	1.677.387	2.063.056	Redução de despesas antecipadas		1.302	8.681
Partes relacionadas	8	-	212.173	Redução de fornecedores		(1.220.229)	(304.064)
Patrimônio Líquido		14 5.801.390	6.344.821	(Redução)/Aumento de obrigações trabalhistas		(9.845)	124.186
Patrimônio social		6.340.017	6.402.918	Aumento/(Redução) de obrigações sociais		41.852	(54.322)
Déficit acumulado		(538.627)	(58.097)	Redução de obrigações tributárias		(8.881)	(67.038)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		14.015.800	16.083.122	Aumento/(Redução) de outras obrigações		170.615	(7.825)
				Aumento/(Redução) das obrigações - não circulante		(532.441)	243.773
				Ajustes patrimoniais		(4.804)	19.626
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Em Reais (R\$)				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		461.741	1.507.927
Descrição	Patrimônio Social	Superávit/Déficit) acumulado	Total	Atividades de investimentos		(556.362)	(981.904)
Em 31 de dezembro de 2018	7.958.292	(1.575.000)	6.383.292	Aquisição de imobilizado		(556.362)	(981.904)
Incorporação ao Patrimônio Social	(1.575.000)	1.575.000	-	Atividades de financiamento		(111.734)	1.512.810
Ajustes patrimoniais	19.626	-	19.626	Partes relacionadas		(111.734)	1.512.810
Déficit do exercício	-	(58.097)	(58.097)	(Redução) / Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(206.355)	2.038.833
Em 31 de dezembro de 2019	6.402.918	(58.097)	6.344.821	Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
Incorporação ao Patrimônio Social	(58.097)	58.097	-	Saldo existente no início do exercício		4.197.720	2.158.887
Ajustes patrimoniais	(4.804)	-	(4.804)	Saldo existente no final do exercício		3.991.365	4.197.720
Déficit do exercício	-	(538.627)	(538.627)	(Redução) / Aumento e equivalentes de caixa		(206.355)	2.038.833
Em 31 de dezembro de 2020	6.340.017	(538.627)	5.801.390				

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual do Pará. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Curralinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas atendidas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. O HRP tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Os serviços oferecidos são obstetria, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Possui um centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós-anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Regional do Marajó é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 038/SESPA/2015, vigente até 21/03/2021, através do 9º aditivo ao contrato, datado de 22 de setembro de 2020. Por estar habilitada, a atual Administração pretende participar de eventual nova renovação ou licitação que deverá ser promovida pela SESP, em 2021, para continuidade das operações de gestão, neste sentido não há consistências para realização de provisões para perdas. Em 2020, o Hospital foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID-19, não havendo complemento do atual contrato de gestão, porém arcou com custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde e aguarda manifestação do Ministério da Educação e Ministério da Cidadania. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 10 de março de 2021. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas cir- continua